

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 24/2010

Disponibilização: 06 de Dezembro de 2010

Período abrangido: 22 de Novembro a 03 de Dezembro 2010

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **FLORESTAS**

3. AMBIENTE

4. CIDADANIA

5. COMÉRCIO

6. CULTURA

7. EDUCAÇÃO

8. EMPRESAS

9. ENERGIA

10. FINANÇAS

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

11. INDUSTRIA

12. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

13. JUSTIÇA

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

15. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[PORTARIA n.º 879-A/2010, de 29 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova os modelos oficiais do recibo designado de recibo verde electrónico.

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

[DESPACHO NORMATIVO n.º 27/2010 de 24 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Estabelece as regras complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional, abreviadamente designado por PAN.

- **FLORESTAS**

[DESPACHO n.º 17900/2010, de 30 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Regulamento de Fardamento dos Guardas de Recursos Florestais.

3. AMBIENTE

[DECRETO-LEI n.º 126/2010, de 23 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece o regime de implementação dos aproveitamentos hidroeléctricos a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2010, de 10 de Setembro.

[RESOLUÇÃO n.º 93/2010 de 26 de Novembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Determina a elaboração do Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020 e de planos sectoriais de baixo carbono, bem como do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020.

[PORTARIA n.º 1202/2010, de 29 de Novembro](#)

(MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos eléctricos em local público de acesso público.

4. CIDADANIA

[RESOLUÇÃO n.º 94/2010, de 29 de Novembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Aprova o II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013)

5. COMÉRCIO

[DECRETO-LEI n.º 128/2010, de 03 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Actualiza o sistema de unidades de medida legais, transpondo a Directiva n.º 2009/3/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, alterando pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 238/94, de 19 de Setembro, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 18/2010, de 16 de Agosto.

6. CULTURA

[DESPACHO n.º 17505-A/2010, de 22 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Fixa o montante financeiro disponível para 2011 a conceder nas modalidades de apoio bienal e apoio anual previstas nas subalíneas ii) e iii) da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 225/2006, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 196/2008, de 6 de Outubro.

[AVISO n.º 24202-A/2010, de 22 de Novembro](#)

MINISTÉRIO DA CULTURA)

Comunica a todos os interessados a abertura de procedimentos para apresentação de candidaturas para as modalidades de Apoio Anual (2011) e de Apoio Bienal (2011-2012).

7. EDUCAÇÃO

[REGULAMENTO n.º 869/2010, de 02 de Dezembro](#)

(AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR)

Aprova o regime de organização e funcionamento do Conselho de Revisão da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, bem como o regime dos procedimentos de revisão de decisões relativas à avaliação e à acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos.

8. EMPRESAS

[DECRETO-LEI n.º 128/2010, de 03 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Actualiza o sistema de unidades de medida legais, transpondo a Directiva n.º 2009/3/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, alterando pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 238/94, de 19 de Setembro, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 18/2010, de 16 de Agosto.

9. ENERGIA

[DECRETO-LEI n.º 126/2010, de 23 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece o regime de implementação dos aproveitamentos hidroeléctricos a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2010, de 10 de Setembro.

[DESPACHO n.º 17685/2010, de 26 de Novembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece os procedimentos de atribuição da concessão do domínio público hídrico para a produção de energia hidroeléctrica e cria a respectiva Comissão de Coordenação e Acompanhamento.

[PORTARIA n.º 1201/2010, de 29 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece os requisitos técnicos a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da actividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade eléctrica.

[PORTARIA n.º 1202/2010, de 29 de Novembro](#)

(MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos eléctricos em local público de acesso público.

[PORTARIA n.º 1213/2010, de 02 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Aprova os requisitos para a atribuição e transmissão da licença da distribuição local de gás natural, os factores de ponderação dos critérios de selecção e avaliação, o respectivo modelo de licença e revoga a Portaria n.º 1296/2006, de 22 de Novembro.

10. FINANÇAS

[PORTARIA n.º 879-A/2010, de 29 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova os modelos oficiais do recibo designado de recibo verde electrónico.

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

[AVISO n.º 5/2010, de 03 de Dezembro](#)

(BANCO DE PORTUGAL)

Estabelece, de forma proporcional, os requisitos de informação para efeitos de comunicação de projectos de aquisição e de aumento de participação qualificada em instituições de crédito, sociedades financeiras e empresas de investimento sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e revoga o aviso n.º 3/94.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[ACÓRDÃO n.º 399/2010, de 26 de Novembro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não declara a inconstitucionalidade da norma do artigo 68.º, n.º 1, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 11/2010, de 15 de Junho (que introduziu um novo escalão) e, posteriormente, pelo artigo 1.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho (que procedeu ao aumento do valor das taxas de todos os escalões)

- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

[AVISO n.º 24208/2010, de 23 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Lista definitiva de bens imóveis do domínio privado do Estado Português.

11. INDÚSTRIA

[DECRETO-LEI n.º 128/2010, de 03 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Actualiza o sistema de unidades de medida legais, transpondo a Directiva n.º 2009/3/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, alterando pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 238/94, de 19 de Setembro, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 18/2010, de 16 de Agosto.

12. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

[PORTARIA n.º 1203/2010, de 30 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Fixa os valores das taxas devidas pela autorização para a exploração de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo quando organizadas por entidades com fins lucrativos e pela presença em actos da actividade de prestamista e revoga a Portaria n.º 182/2009, de 20 de Fevereiro.

13. JUSTIÇA

[DELIBERAÇÃO n.º 2170/2010, de 23 de Novembro](#)

(ORDEM DOS ADVOGADOS)

Deliberação aprovada em sessão plenária do Conselho Geral de 16 de Março de 2010 que altera o artigo 55.º do regulamento n.º 232/2007, de 4 de Setembro (“pagar pontualmente as quotas e outros encargos, designadamente as obrigações impostas com penas pecuniárias ou sanções acessórias.”)

[ACÓRDÃO n.º 9/2010, de 26 de Novembro](#)

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA)

A pendência de recurso para o Tribunal Constitucional não constitui a causa de suspensão do prazo de prescrição do procedimento criminal prevista no segmento normativo «dependência de sentença a proferir por tribunal não penal» da alínea a) do n.º 1 do artigo 119.º do Código Penal de 1982, versão original, ou da alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do Código Penal de 1982, revisão de 1995.

[ACÓRDÃO n.º 399/2010, de 26 de Novembro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não declara a inconstitucionalidade da norma do artigo 68.º, n.º 1, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 11/2010, de 15 de Junho (que introduziu um novo escalão) e, posteriormente, pelo artigo 1.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho (que procedeu ao aumento do valor das taxas de todos os escalões)

[PORTARIA n.º 1200/2010, de 29 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Estabelece as normas regulamentares, os modelos de requerimento e as taxas a que estão sujeitos os pedidos de instrução para aquisição ou reconhecimento da qualidade de agente oficial da propriedade industrial e aprova o regulamento das respectivas provas de aptidão.

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

[RESOLUÇÃO n.º 6/2010/M, de 29 de Novembro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2011.

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 23/2010/M, de 30 de Novembro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 36/2008/M, de 14 de Agosto, que cria a VIAMADEIRA - Concessão Viária da Madeira, S. A., adjudicando-lhe a concessão de serviço público de diversos troços de estradas regionais, sem cobrança aos utilizadores e aprovando as respectivas bases da concessão, e altera o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2004/M, de 13 de Janeiro

15. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

[PORTARIA n.º 1196/2010, de 24 de Novembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Aprova as taxas devidas no âmbito da certificação de entidades formadoras.

[DESPACHO n.º 17658/2010, de 25 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Aprovação de medidas a serem tomadas pelos centros de emprego do IEF, I. P., relativamente aos cidadãos desempregados inscritos nos CE que sejam detentores de habilitações inferiores ao 12.º ano.

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

[DELIBERAÇÃO n.º 2152/2010, de 23 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Armazenamento dos dados em suporte digital nos centros de inspeção técnica de veículos.

- **TRANSPORTES**

[PORTARIA n.º 1201/2010, de 29 de Novembro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece os requisitos técnicos a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da actividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade eléctrica.

[PORTARIA n.º 1202/2010, de 29 de Novembro](#)

(MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos eléctricos em local público de acesso público.